Martinho Lutero

Obras Selecionadas

Volume 1
Os Primórdios
Escritos de 1517 a 1519

SBD-FFLCH-USP
324255

2ª Edição

Comissão Interluterana de Literatura
São Leopoldo

Co-Editoras

Editora Sinodal
São Leopoldo

Concórdia Editora
Porto Alegre

Editora da Ulbra
Canoas

2004

284.1
L973oP
v.1
2.ed.
NS: 1712283

© *Comissão Interluterana de Literatura*, formada pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e pela Igreja Evangélica Luterana do Brasil:

Caixa Postal 11
93001-970 São Leopoldo - RS – Tel. (51) 590-2366
Homepage: www.lutero.com.br – e-mail: cil@est.com.br

em co-edição com:

EDITORA SINODAL
Caixa Postal 11
93001-970 São Leopoldo/RS
Homepage: www.editorasinodal.com.br
E-mail: editora@editorasinodal.com.br

CONCÓRDIA EDITORA
Caixa Postal 3230
90001-970 Porto Alegre/RS
Homepage: www.editoraconcordia.com.br
E-mail: editora@editoraconcordia.com.br

EDITORA DA ULBRA
Rua Miguel Tostes, 101 – Bairro São Luís
92420-280 Canoas/RS
Homepage: www.editoradaulbra.com.br
E-mail: editora@ulbra.br

Comissão Interluterana de Literatura
Arnildo Figur, Dieter J. Jagnow, Gerhard Grasel, Harald Malschitzky, João A. Müller da Silva, Wilhelm Wachholz

Comissão Editorial "Obras de Lutero"
Albérico E. G. F. Baeske, Martim C. Warth, Nestor L. J. Beck, Ricardo W. Rieth

Tradutores
Annemarie Höhn, Ilson Kayser, Luís M. Sander, Martinho L. Hasse

Editor deste volume
Ilson Kayser

Cip – Brasil Catalogação na Publicação

L973m LUTERO, Martinho
Martinho Lutero: obras selecionadas, v.1, Os primórdios – Escritos de 1517 a 1519 / Martinho Lutero; tradução Annemarie Höhn et al. – 2. ed – São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre: Concórdia, Canoas: Ulbra, 2004.

16x23,5 cm.; 470p.
Série: Martinho Lutero – Obras selecionadas
ISBN Série 85-233-0124-0
ISBN Volume 85-233-0517-3

1. Luteranismo. 2. História da Igreja. I. Höhn, Annemarie. II. Título.

CDU 270

Catalogação na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

DEDALUS - Acervo - FFLCH

20900049273

Sumário

Apresentação 7
Introdução Geral 9
Debate sobre a Teologia Escolástica 13
Debate para o Esclarecimento do Valor das Indulgências 21
Um Sermão sobre a Indulgência e a Graça 31
O Debate de Heidelberg 35
Explicações do Debate sobre o Valor das Indulgências 55
Sermão sobre o Poder da Excomunhão 191
Relato do Fr. Martinho Lutero, Agostiniano, sobre o Encontro com o Sr. Legado Apostólico em Augsburgo 199
Apelação do Fr. Martinho Lutero ao Concílio 227
Uma Breve Instrução sobre Como Devemos Confessar-nos 233
Sermão sobre as Duas Espécies de Justiça 241
Um Sermão sobre a Contemplação do Santo Sofrimento de Cristo 249
Debate e Defesa do Fr. Martinho Lutero contra as Acusações do Dr. João Eck 257
Comentário de Lutero sobre a 13ª Tese a respeito do Poder do Papa (Enriquecido pelo Autor) 267
Comentários de Lutero sobre suas Teses Debatidas em Leipzig 333
Um Sermão sobre a Preparação para a Morte 385
Sermões sobre os Sacramentos 399
Um Sermão sobre o Sacramento da Penitência 401
Um Sermão sobre o Santo, Venerabilíssimo Sacramento do Batismo . . . 413
Um Sermão sobre o Venerabilíssimo Sacramento do Santo e Verdadeiro Corpo de Cristo e sobre as Irmandades 425
Índices 447

84. A lei boa na qual se vive é o amor de Deus derramado em nossos corações pelo Espírito Santo[25].

85. Se fosse possível, a vontade de qualquer pessoa preferiria ser completamente livre e que não houvesse lei.

86. A vontade de qualquer pessoa odeia que a lei lhe seja imposta, a menos que deseje que lhe seja imposta por amor a si mesma.

87. Já que a lei é boa, não pode ser boa a vontade que é inimiga da lei.

88. Disso se evidencia claramente que toda vontade natural é iníqua e má.

89. A graça é necessária como mediadora que concilie a lei com a vontade.

90. A graça de Deus é dada para orientar a vontade, para que esta não erre também ao amar a Deus. Contra Gabriel Biel.

91. Ela não é dada para suscitar atos com maior freqüência e facilidade, mas porque, sem ela, nenhum ato de amor é suscitado. Contra Gabriel Biel.

92. É irrefutável o argumento de que o amor seria supérfluo se, por natureza, o ser humano fosse capaz de um ato de amizade. Contra Gabriel Biel.

93. Perversidade sutil é dizer que fruir e usar constituem o mesmo ato. Contra Occam, o cardeal Pedro d'Ailly e Gabriel Biel.

94. O mesmo vale para a afirmação de que o amor a Deus subsiste mesmo ao lado de intenso amor pela criatura.

95. Amar a Deus significa odiar a si mesmo e nada saber além de Deus.

96. Nosso querer deve conformar-se em tudo à vontade divina. Contra o cardeal Pedro d'Ailly.

97. Não só devemos querer o que ele quer que queiramos, mas devemos querer absolutamente qualquer coisa que Deus queira.

Com isto nada queremos dizer nem acreditamos ter dito qualquer coisa que não esteja de acordo com a Igreja católica e os mestres da Igreja.

1517.

25 Cf. Rm 5.5.

Debate para o Esclarecimento do Valor das Indulgências[1]

INTRODUÇÃO

As 95 teses, cuja afixação, a 31 de outubro de 1517, é comemorada anualmente como Dia da Reforma, de modo algum tinham a intenção de deflagrar um movimento. Lutero nada mais pretendia que o esclarecimento teológico de uma questão que o envolvia como cura d'almas e que tinha implicações para a piedade de seus paroquianos: a indulgência. A indulgência está relacionada ao Sacramento da Penitência. Na Penitência, esperavam-se o arrependimento do pecador, a confissão na presença de um sacerdote, a absolvição e a satisfação imposta. Na satisfação, o pecador deveria fazer reparação ou expiação por causa do castigo que o pecado acarretava. Era opinião corrente que o pecado não só acarretava culpa, mas também castigo. Esse castigo deveria ser assumido aqui na terra ou expiado no purgatório. Na Alta Idade Média e na Idade Média Tardia desenvolveram-se, em conexão com o Sacramento da Penitência e com o surgimento da doutrina das indulgências, doutrinas que diziam respeito a questões de direito divino e de direito eclesiástico, ao purgatório e ao "tesouro da Igreja". Este seria formado pelos méritos excedentes de Cristo e dos santos, podendo ser usado pela Igreja para conceder indulgências a terceiros. As indulgências, surgidas no século XI, diziam respeito, inicialmente, apenas aos castigos temporais impostos pela Igreja, mais tarde, aos castigos temporais que deveriam ser purgados no purgatório e, finalmente, também aos pecados de parentes já falecidos que estavam no purgatório. As opiniões dos teólogos divergiam bastante uma da outra, e, no início do século XVI, não havia a necessária clareza a respeito do assunto.

As indulgências tinham destacada importância sob o aspecto financeiro. A Cúria e o Estado papal dependiam em grande parte das rendas auferidas com a venda de indulgências. Muitos projetos eram financiados com a publicação de indulgências. No campo econômico, pode-se afirmar que as indulgências tinham a mesma função que, mais tarde, teriam os empréstimos. Para os fiéis, a indulgência era uma oportunidade de se protegerem do purgatório e do juízo eterno. Aqui, o desejo de salvação encontrado entre o povo vem ao encontro das necessidades financeiras da Cúria.

As críticas que Lutero tece nas 95 teses são oriundas de suas preocupações como cura d'almas, bem como de seu compromisso de, como doutor em Teologia, ter que zelar pela correta doutrina e pregação da Igreja. Suas críticas são possíveis, pois ainda não existem formulações dogmáticas acerca da questão. Por outro lado são corajosas, pois têm que enfrentar um uso muito difundido e o interesse financeiro da Cúria Romana.

Como foi possível que as teses para o *Debate para o esclarecimento do valor das indulgências* causassem tanta sensação? Elas não são radicais. Lutero não exclui toda e qualquer forma de indulgência; limita-a, no entanto, às penas temporais impostas

1 *Disputatio pro declaratione virtutis indulgentiarum,* WA 1,233-8. Tradução de Walter O. Schlupp.

pela Igreja e volta-se contra a falsa segurança provocada pela indulgência. Por trás da crítica comedida encontram-se já alguns indícios para o que há de seguir-se. Nota-se isso no conceito de penitência, que, para Lutero, não é o sacramento, mas arrependimento, segundo o uso do conceito no Novo Testamento. Há também um novo conceito de ministério, pois, segundo Lutero, o sacerdote só pode perdoar culpa como declaração de que ela já foi perdoada por Deus. Lutero ataca a doutrina do "tesouro da Igreja" (tese 62). Algumas formulações evidenciam que, formalmente, as teses já não eram apenas temas de discussão. Vejam-se as teses 42-51, que principiam com as palavras "Deve-se ensinar aos cristãos que...". Por tudo isso não é de admirar que a discussão que se seguiu às teses não se ocupou com o tema "indulgência", mas com temas como a autoridade eclesiástica, a autoridade do papa, a doutrina dos sacramentos.

Em meados de 1518, Lutero publicou *Um sermão sobre a indulgência e a graça,* que resume os pensamentos centrais das 95 teses de 1517. Nesse escrito, o acento é colocado no fato de que arrependimento e penitência são algo que atinge o ser humano todo. O cristão não deve fugir ao castigo, mas assumi-lo como cruz. As obras que o cristão deve realizar são serviço ao próximo e não devem ser entendidas como atos em prol de seu aperfeiçoamento ou ainda como fuga aos castigos impostos por Deus e, como tais, úteis ao ser humano. Neste sermão já começa a ser esboçada a opinião de que a prática da Penitência só poderá ser corrigida caso houver combate à doutrina da teologia escolástica, que induz à ociosidade da fé.

Martin N. Dreher

———0———

Por amor à verdade e no empenho de elucidá-la, discutir-se-á o seguinte em Wittenberg, sob a presidência do reverendo padre Martinho Lutero, mestre de Artes e de Santa Teologia e professor catedrático desta última, naquela localidade. Por esta razão, ele solicita que os que não puderem estar presentes e debater conosco oralmente o façam por escrito, mesmo que ausentes. Em nome do nosso Senhor Jesus Cristo. Amém.

1. Ao dizer: "Fazei penitência"[2], etc. [Mt 4.17], nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo quis que toda a vida dos fiéis fosse penitência.

2. Esta expressão não pode ser entendida no sentido da Penitência

2 Também seria possível traduzir "arrependei-vos". No entanto, como a palavra latina *poena* tem caráter jurídico-legal, é preferível que se opte por "penitência". Ao usar o conceito, tomando-o de Mt 4.17, na versão da Vulgata, Lutero já está entrando no centro da discussão. Cf. a carta de Lutero a Staupitz (30/5/1518), WA 1,525-7.

sacramental[3] (isto é, da confissão e satisfação[4] celebrada pelo ministério dos sacerdotes).

3. No entanto, ela não se refere apenas a uma penitência interior; sim, a penitência interior seria nula se, externamente, não produzisse toda sorte de mortificações da carne.

4. Por conseqüência, a pena perdura enquanto persiste o ódio de si mesmo (isto é a verdadeira penitência interior), ou seja, até a entrada no reino dos céus.

5. O papa não quer nem pode dispensar de quaisquer penas senão daquelas que impôs por decisão própria ou dos cânones.

6. O papa não pode remitir culpa alguma senão declarando e confirmando que ela foi perdoada por Deus, ou, sem dúvida, remitindo-a nos casos reservados para si; se estes forem desprezados, a culpa permanecerá por inteiro.

7. Deus não perdoa a culpa de qualquer pessoa sem, ao mesmo tempo, sujeitá-la, em tudo humilhada, ao sacerdote, seu vigário.

8. Os cânones penitenciais[5] são impostos apenas aos vivos; segundo os mesmos cânones, nada deve ser imposto aos moribundos.

9. Por isso o Espírito Santo nos beneficia através do papa quando este, em seus decretos, sempre exclui a circunstância da morte e da necessidade[6].

10. Agem mal e sem conhecimento de causa aqueles sacerdotes que reservam aos moribundos penitências canônicas para o purgatório[7].

11. Essa erva daninha de transformar a pena canônica em pena do purgatório parece ter sido semeada enquanto os bispos certamente dormiam[8].

12. Antigamente se impunham as penas canônicas não depois, mas antes da absolvição, como verificação da verdadeira contrição[9].

13. Através da morte, os moribundos pagam tudo e já estão mortos para as leis canônicas, tendo, por direito, isenção das mesmas.

3 A Penitência é um dos sete sacramentos da Igreja Católica Romana. Ao usar a expressão "Penitência sacramental", fica evidente que Lutero não nega a Penitência, mas dá-lhe um sentido mais profundo, a partir do Novo Testamento (cf. tese 1).

4 O Sacramento da Penitência consiste, segundo doutrina católico-romana, de quatro partes: *contritio cordis, confessio oris, absolutio* e *satisfactio operis*. A dispensa ou substituição da satisfação ocorre por meio de indulgências.

5 Prescrição do modo de confessar ou expiar.

6 Sc. extrema.

7 O purgatório, um estado de penitência e purificação entre a morte e o juízo final, é, para a doutrina católico-romana, o local para o pagamento das penas decorrentes dos pecados. Estas penas podem ser parcial ou totalmente eliminadas pelas indulgências. No mundo cristão, a doutrina do purgatório surge primeiro em Orígenes, no século II. Em 1517, Lutero ainda aceita a doutrina do purgatório. Mais tarde irá abandoná-la completamente.

8 Cf. Mt 13.25.

9 Nas ordens penitenciais da Igreja antiga, existentes desde os dias de Tertuliano, o pecador tinha que fazer satisfação para alcançar a readmissão na comunhão eclesiástica. Após a satisfação, era-lhe anunciada a absolvição e concedida readmissão. Com esta referência histórica, Lutero pretende reforçar o dito na tese 8, onde afirma que as satisfações só podem ser impostas aos vivos e não aos mortos.

14. Saúde[10] ou amor imperfeito no moribundo necessariamente traz consigo grande temor, e tanto mais, quanto menor for o amor.

15. Este temor e horror por si sós já bastam (para não falar de outras coisas) para produzir a pena do purgatório, uma vez que estão próximos do horror do desespero.

16. Inferno, purgatório e céu parecem diferir da mesma forma que o desespero, o semidesespero e a segurança.

17. Parece necessário, para as almas no purgatório, que o horror diminua na medida em que cresce o amor[11].

18. Parece não ter sido provado, nem por meio de argumentos racionais nem da Escritura, que elas se encontram fora do estado de mérito ou de crescimento no amor.

19. Também parece não ter sido provado que as almas no purgatório estejam certas e seguras de sua bem-aventurança, ao menos não todas, mesmo que nós, de nossa parte, tenhamos plena certeza.

20. Portanto, sob remissão plena de todas as penas o papa não entende simplesmente todas, mas somente aquelas que ele mesmo impôs.

21. Erram, portanto, os pregadores de indulgências que afirmam que a pessoa é absolvida de toda pena e salva pelas indulgências do papa.

22. Com efeito, ele não dispensa as almas no purgatório de uma única pena que, segundo os cânones, elas deveriam ter pago nesta vida.

23. Se é que se pode dar algum perdão de todas as penas a alguém, ele certamente só é dado aos mais perfeitos, isto é, pouquíssimos.

24. Por isso, a maior parte do povo está sendo necessariamente ludibriada por essa magnífica e indistinta promessa de absolvição da pena.

25. O mesmo poder que o papa tem sobre o purgatório de modo geral, qualquer bispo e cura têm em sua diocese e paróquia em particular.

26. O papa faz muito bem ao dar remissão às almas não pelo poder das chaves (que ele não tem[12]), mas por meio de intercessão.

27. Pregam doutrina humana os que dizem que, tão logo tilintar a moeda lançada na caixa, a alma sairá voando[13].

28. Certo é que, ao tilintar a moeda na caixa, podem aumentar o lucro e a cobiça; a intercessão da Igreja[14], porém, depende apenas da vontade de Deus.

29. E quem é que sabe se todas as almas no purgatório querem ser resgatadas? Diz-se que este não foi o caso com S. Severino e S. Pascoal[15].

10 Sc. espiritual.

11 O sofrimento do purgatório é um castigo de purificação imposto por Deus e não pelos seres humanos. No escrito *Explicações do debate sobre o valor das indulgências* (pp. 100ss. deste volume), Lutero dirá que no purgatório deve ser consumido o resto do velho ser humano, para que surja a nova vida no Espírito. O medo ante o castigo desaparece, enquanto que a fé e o amor crescem.

12 Sc. para este fim.

13 Sc. do purgatório. Segundo o pesquisador católico Nicolau Paulus, o pregador dominicano João Tetzel realmente anunciou em suas pregações a frase: "Antes que o dinheiro tilinte na caixa, a alma salta do purgatório."

14 Isto é, sua aceitação.

30. Ninguém tem certeza da veracidade de sua contrição, muito menos de haver conseguido plena remissão.

31. Tão raro como quem é penitente de verdade é quem adquire autenticamente as indulgências, ou seja, é raríssimo.

32. Serão condenados em eternidade, juntamente com seus mestres, aqueles que se julgam seguros de sua salvação através de carta de indulgência.

33. Deve-se ter muita cautela com aqueles que dizem serem as indulgências do papa aquela inestimável dádiva de Deus através da qual a pessoa é reconciliada com Deus.

34. Pois aquelas graças das indulgências se referem somente às penas de satisfação sacramental, determinadas por seres humanos.

35. Não pregam cristãmente os que ensinam não ser necessária a contrição àqueles que querem resgatar almas ou adquirir breves confessionais[16].

36. Qualquer cristão verdadeiramente arrependido tem direito à remissão plena de pena e culpa, mesmo sem carta de indulgência.

37. Qualquer cristão verdadeiro, seja vivo, seja morto, tem participação em todos os bens de Cristo e da Igreja, por dádiva de Deus, mesmo sem carta de indulgência.

38. Mesmo assim, a remissão e participação do papa de forma alguma devem ser desprezadas, porque (como disse[17]) constituem declaração do perdão divino.

39. Até mesmo para os mais doutos teólogos é dificílimo exaltar perante o povo, ao mesmo tempo, a liberalidade das indulgências e a verdadeira contrição.

40. A verdadeira contrição procura e ama as penas, ao passo que a abundância das indulgências as afrouxa e faz odiá-las, pelo menos dando ocasião para tanto.

41. Deve-se pregar com muita cautela sobre as indulgências apostólicas, para que o povo não as julgue erroneamente como preferíveis às demais boas obras de amor.

15 No escrito *Explicações do debate sobre o valor das indulgências* (p. 135 deste volume), Lutero dirá: "Não li um escrito fidedigno a respeito dos dois, porém ouvi contar que eles poderiam ter sido libertos por seus méritos, se tivessem querido ser glorificados em grau menor. (...) Mas nessas coisas cada um creia o que quiser, para mim tanto faz." Lutero reproduz pensamentos do agostiniano João Genser von Paltz (até 1507 em Erfurt).

16 As *confessionalia*, "breves confessionais", eram parte importante das graças relacionadas com a proclamação das indulgências jubilares. Quem comprasse tal privilégio adquiria o direito de escolher um confessor, ao qual haviam sido concedidas autorizações (faculdades) especiais para a absolvição. Além disso, adquiria uma indulgência plenária para ser usada uma vez na vida e para a hora da morte. Os confessores indicados, quando da venda de uma tal bula extraordinária, tinham a autoridade de conceder dispensa também nos casos reservados ao papa e de transformar promessas especialmente severas em outras de menor peso. Além disso, podiam autorizar a retenção de bens ilegitimamente adquiridos, de matrimônios entre pessoas inabilitadas devido a certos graus de parentesco, etc.

17 Cf. tese 6.

42. Deve-se ensinar aos cristãos que não é pensamento do papa[18] que a compra de indulgências possa de alguma forma ser comparada com as obras de misericórdia.

43. Deve-se ensinar aos cristãos que, dando ao pobre ou emprestando ao necessitado, procedem melhor do que se comprassem indulgências.

44. Ocorre que através da obra de amor cresce o amor e a pessoa se torna melhor, ao passo que com as indulgências ela não se torna melhor, mas apenas mais livre de pena.

45. Deve-se ensinar aos cristãos que quem vê um carente e o negligencia para gastar com indulgências obtém para si não as indulgências do papa, mas a ira de Deus.

46. Deve-se ensinar aos cristãos que, se não tiverem bens em abundância, devem conservar o que é necessário para sua casa e de forma alguma desperdiçar dinheiro com indulgências.

47. Deve-se ensinar aos cristãos que a compra de indulgências é livre e não constitui obrigação.

48. Deve-se ensinar aos cristãos que, ao conceder indulgências, o papa, assim como mais necessita, da mesma forma mais deseja uma oração devota a seu favor do que o dinheiro que se está pronto a pagar.

49. Deve-se ensinar aos cristãos que as indulgências do papa são úteis se não depositam sua confiança nelas, porém extremamente prejudiciais se perdem o temor de Deus por causa delas.

50. Deve-se ensinar aos cristãos que, se o papa soubesse das exações dos pregadores de indulgências, preferiria reduzir a cinzas a Basílica de S. Pedro do que edificá-la com a pele, a carne e os ossos de suas ovelhas.

51. Deve-se ensinar aos cristãos que o papa estaria disposto — como é seu dever — a dar do seu dinheiro àqueles muitos de quem alguns pregadores de indulgências extraem ardilosamente o dinheiro, mesmo que para isto fosse necessário vender a Basílica de S. Pedro.

52. Vã é a confiança na salvação por meio de cartas de indulgências, mesmo que o comissário[19] ou até mesmo o próprio papa desse sua alma como garantia pelas mesmas.

53. São inimigos de Cristo e do papa aqueles que, por causa da pregação de indulgências, fazem calar por inteiro a palavra de Deus nas demais igrejas[20].

---

18 Lutero pensa ter o apoio papal ao discutir estas questões. Na época julga poder usar a opinião papal contra seus adversários. Somente alguns anos mais tarde é que verá que estava enganado.

19 Pessoa comissionada pela Igreja com a venda de indulgências. O príncipe-eleitor e arcebispo de Mogúncia, Alberto de Hohenzollern, era comissário-mor para a província eclesiástica alemã. João Tetzel, o pregador dominicano, era subcomissário.

20 Durante o período de sua permanência em uma localidade, o comissário era senhor absoluto sobre a igreja e sobre os sacerdotes. Determinava quando e onde poderia ser pregado. Podia, além disso, suspender as indulgências especiais, proibir a confissão, sob pena de excomunhão, designar confessores de indulgência. — Nas teses 53-55 bate forte o coração de Lutero: a indulgência ameaça silenciar a palavra de Deus. Único fundamento da Igreja e da

54. Ofende-se a palavra de Deus quando, em um mesmo sermão, se dedica tanto ou mais tempo às indulgências do que a ela.

55. A atitude do papa é necessariamente esta: se as indulgências (que são o menos importante) são celebradas com um toque de sino, uma procissão e uma cerimônia, o Evangelho (que é o mais importante) deve ser anunciado com uma centena de sinos, procissões e cerimônias.

56. Os tesouros da Igreja[21], dos quais o papa concede as indulgências, não são suficientemente mencionados nem conhecidos entre o povo de Cristo.

57. É evidente que eles certamente não são de natureza temporal, visto que muitos pregadores não os distribuem tão facilmente, mas apenas os ajuntam.

58. Eles tampouco são os méritos de Cristo e dos santos[22], pois estes sempre operam, sem o papa, a graça do ser humano interior e a cruz, a morte e o inferno do ser humano exterior.

59. S. Lourenço[23] disse que os pobres da Igreja são os tesouros da mesma, empregando, no entanto, a palavra como era usada em sua época.

60. É sem temeridade que dizemos que as chaves da Igreja, que lhe foram proporcionadas pelo mérito de Cristo, constituem este tesouro.

61. Pois está claro que, para a remissão das penas e dos casos[24], o poder do papa por si só é suficiente.

62. O verdadeiro tesouro da Igreja é o santíssimo Evangelho da glória e da graça de Deus.

63. Este tesouro, entretanto, é o mais odiado, e com razão, porque faz com que os primeiros sejam os últimos[25].

64. Em contrapartida, o tesouro das indulgências é o mais benquisto, e com razão, pois faz dos últimos os primeiros.

65. Por esta razão, os tesouros do Evangelho são as redes com que outrora se pescavam homens possuidores de riquezas.

66. Os tesouros das indulgências, por sua vez, são as redes com que hoje se pesca a riqueza dos homens.

67. As indulgências apregoadas pelos seus vendedores como as maiores graças realmente podem ser entendidas como tal, na medida em que dão boa renda.

68. Entretanto, na verdade elas são as graças mais ínfimas em compara-

---

fé é a palavra de Deus (cf. tese 62). Também nesse aspecto, Lutero julga contar com o apoio papal. Ele espera ser possível uma reforma da Igreja de dentro para fora.

21 O tesouro da Igreja é formado pelas obras excedentes de Cristo e dos santos. Estas obras excedentes estão confiadas à administração papal como *thesaurus bonorum operum*. Cabe ao papa distribuí-las a quem delas necessita. Lutero nega essa concepção na tese 58.

22 Lutero ainda assume o conceito católico-romano dos santos e de seus méritos.

23 Diácono romano, morto na perseguição de Valério (258). Segundo a lenda, ao ser intimado pelo juiz a entregar os tesouros da Igreja, Lourenço, que era diácono, apontou para os pobres da comunidade.

24 Cf. tese 6.

25 Cf. Mt 20.16.

ção com a graça de Deus e a piedade da cruz.

69. Os bispos e curas têm a obrigação de admitir com toda a reverência os comissários de indulgências apostólicas.

70. Têm, porém, a obrigação ainda maior de observar com os dois olhos e atentar com ambos os ouvidos para que esses comissários não preguem os seus próprios sonhos em lugar do que lhes foi incumbido pelo papa.

71. Seja excomungado e maldito quem falar contra a verdade das indulgências apostólicas.

72. Seja bendito, porém, quem ficar alerta contra a devassidão e licenciosidade das palavras de um pregador de indulgências.

73. Assim como o papa com razão fulmina[26] aqueles que de qualquer forma procuram defraudar o comércio de indulgências,

74. muito mais deseja fulminar aqueles que, a pretexto das indulgências, procuram defraudar a santa caridade e verdade.

75. A opinião de que as indulgências papais são tão eficazes ao ponto de poderem absolver um homem mesmo que tivesse violentado a mãe de Deus, caso isso fosse possível, é loucura.

76. Afirmamos, pelo contrário, que as indulgências papais não podem anular sequer o menor dos pecados veniais[27] no que se refere à sua culpa.

77. A afirmação de que nem mesmo S. Pedro, caso fosse o papa atualmente, poderia conceder maiores graças é blasfêmia contra São Pedro e o papa.

78. Afirmamos, ao contrário, que também este, assim como qualquer papa, tem graças maiores, quais sejam o Evangelho, os poderes[28], os dons de curar, etc., como está escrito em 1 Co 12.

79. É blasfêmia dizer que a cruz com as armas do papa, insignemente erguida[29], equivale à cruz de Cristo.

80. Terão que prestar contas os bispos, curas e teólogos que permitem que semelhantes conversas sejam difundidas entre o povo.

81. Essa licenciosa pregação de indulgências faz com que não seja fácil, nem para homens doutos, defender a dignidade do papa contra calúnias ou perguntas, sem dúvida argutas, dos leigos.

82. Por exemplo: por que o papa não evacua o purgatório por causa do santíssimo amor e da extrema necessidade das almas — o que seria a mais justa de todas as causas —, se redime um número infinito de almas por causa do funestíssimo dinheiro para a construção da basílica — que é uma causa tão insignificante?

83. Do mesmo modo: por que se mantêm as exéquias e os aniversários

26 Sc. com excomunhão.

27 A teologia católica distingue entre pecados veniais e pecados mortais. Os primeiros não são pecados no sentido lato do termo. Os segundos referem-se aos sete pecados capitais. Estes, enquanto não forem perdoados, têm como conseqüência a morte eterna, devendo, por isso, ser confessados.

28 Sc. espirituais.

29 Sc. nas igrejas.

dos falecidos[30] e por que ele não restitui ou permite que se recebam de volta as doações efetuadas em favor deles, visto que já não é justo orar pelos redimidos?

84. Do mesmo modo: que nova piedade de Deus e do papa é essa: por causa do dinheiro, permitem ao ímpio e inimigo redimir uma alma piedosa e amiga de Deus, porém não a redimem por causa da necessidade da mesma alma piedosa e dileta, por amor gratuito?

85. Do mesmo modo: por que os cânones penitenciais — de fato e por desuso já há muito revogados e mortos — ainda assim são remidos com dinheiro, pela concessão de indulgências, como se ainda estivessem em pleno vigor?

86. Do mesmo modo: por que o papa, cuja fortuna hoje é maior que a dos mais ricos Crassos[31], não constrói com seu próprio dinheiro ao menos esta uma Basílica de São Pedro, ao invés de fazê-lo com o dinheiro dos pobres fiéis?

87. Do mesmo modo: o que é que o papa perdoa e concede àqueles que, pela contrição perfeita, têm direito a remissão e participação plenária?

88. Do mesmo modo: que benefício maior se poderia proporcionar à Igreja do que se o papa, assim como agora o faz uma vez, da mesma forma concedesse essas remissões e participações 100 vezes ao dia a qualquer dos fiéis?

89. Já que, com as indulgências, o papa procura mais a salvação das almas do que o dinheiro, por que suspende as cartas e indulgências outrora já concedidas, se são igualmente eficazes?

90. Reprimir esses argumentos muito perspicazes dos leigos somente pela força, sem refutá-los apresentando razões, significa expor a Igreja e o papa à zombaria dos inimigos e desgraçar os cristãos.

91. Se, portanto, as indulgências fossem pregadas em conformidade com o espírito e a opinião do papa, todas essas objeções poderiam ser facilmente respondidas e nem mesmo teriam surgido.

92. Fora, pois, com todos esses profetas que dizem ao povo de Cristo: "Paz, paz!" sem que haja paz[32]!

93. Que prosperem todos os profetas que dizem ao povo de Cristo: "Cruz! cruz!" sem que haja cruz!

94. Devem-se exortar os cristãos a que se esforcem por seguir a Cristo, seu cabeça, através de penas, da morte e do inferno;

95. e, assim, a que confiem que entrarão no céu antes através de muitas tribulações[33] do que pela segurança da paz.

1517.

30 Missas e intercessões em memória das almas dos falecidos.

31 Referência a Marco Licínio Crasso, protótipo do homem rico da Antiguidade.

32 Cf. Jr 6.14; 8.11; Ez 13.10,16.

33 Cf. At 14.22.

Um Sermão sobre a Indulgência e a Graça

pelo Mui Digno Doutor Martinho Lutero, Agostiniano de Wittenberg[1]

INTRODUÇÃO

(Veja a introdução ao *Debate para o esclarecimento do valor das indulgências,* pp. 21s. deste volume.)

———0———

1. Em primeiro lugar, cumpre que saibam que vários novos mestres, tais como o mestre das Sentenças[2], S. Tomás[3] e seus seguidores, atribuem três partes à Penitência, quais sejam: a contrição, a confissão e a satisfação. Esta distinção, em seu conceito, dificilmente ou mesmo de forma alguma se acha fundamentada na Sagrada Escritura e nos antigos santos mestres cristãos. Mesmo assim queremos admiti-la por ora e falar ao modo deles.

2. Dizem eles que a indulgência não elimina a primeira ou a segunda parte — a contrição ou a confissão —, mas sim a terceira, a satisfação.

3. A satisfação também é subdividida em três partes: orar, jejuar, dar esmola, e isto da seguinte forma: "orar" compreende todas as obras próprias

---

1 *Eynn Sermon von dem Ablass und gnade durch den wirdigenn doctornn Martinum Luther Augustiner tzu Wittenbergk,* WA 1,243-6. Tradução de Walter O. Schlupp.

2 Trata-se de Pedro Lombardo (ca. 1100-1160). Nascido em Novara, na Lombardia, e falecido em Paris, estudou, ao que tudo indica, em Bolonha e, posteriormente, em Reims e em Paris. Em Paris lecionou na escola da Catedral de Notre Dame. Em 1159 foi eleito bispo de Paris. Entre suas obras encontramos comentários aos Salmos e às epístolas paulinas, 29 sermões e os *Sententiarum libri IV.* As *Sentenças* apresentam um resumo sistemático dos conhecimentos teológicos da época. Trata-se, basicamente, de uma compilação (Pedro usa textos de Hugo de São Vítor, Walter de Mortagne e Pedro Abelardo), que teve grande aceitação nas escolas, servindo de modelo para outras obras similares. Desde o séc. XIII, passou a ser livro-texto para o ensino teológico. Quanto à doutrina escolástica da Penitência, cf. a obra de Lutero *Do cativeiro babilônico da Igreja*; um prelúdio, no v. 2 desta coleção.

3 Tomás de Aquino (1225-1274). Dominicano, foi professor de Teologia em Paris, Roma e Nápoles. Aprofundando o conhecimento de Aristóteles e dos pais da Igreja, Tomás criou um dos mais impressionantes sistemas da escolástica.

da alma, como ler, meditar, ouvir a palavra de Deus, pregar, ensinar e similares; "jejuar" inclui todas as obras de mortificação da carne, como vigílias, trabalho, leito duro, vestes grosseiras, etc.; "dar esmolas" abrange todas as obras de amor e misericórdia para com o próximo.

4. Para todos eles não resta dúvida que a indulgência elimina as obras da satisfação, que devemos fazer ou que nos foram impostas por causa do pecado. Se ela de fato eliminasse todas essas obras, nada de bom restaria que pudéssemos fazer.

5. Para muitos foi uma questão importante — e ainda não resolvida — se a indulgência elimina mais do que essas boas obras impostas, ou seja, se ela também elimina a pena que a justiça divina exige pelos pecados.

6. Desta vez não questiono a opinião deles. Afirmo, entretanto, que não se pode provar, a partir da Escritura, que a justiça divina deseja ou exige do pecador qualquer pena ou satisfação, mas sim unicamente sua contrição ou conversão sincera e verdadeira, com o propósito de, doravante, carregar a cruz de Cristo e praticar as obras acima mencionadas (mesmo que não estejam prescritas por ninguém). Pois assim diz o Senhor através de Ezequiel: "Se o pecador se converter e fizer o que é reto, não mais me lembrarei do seu pecado." [Ez 18.21s.; 33.14-16.] Da mesma forma ele mesmo absolveu a todos estes: Maria Madalena[4], o paralítico[5], a mulher adúltera[6], etc. Gostaria de ouvir quem haveria de provar outra coisa, não levando em conta que alguns doutores julgaram poder fazê-lo.

7. O que se encontra[7] é isto: Deus castiga alguns segundo a sua justiça ou os leva à contrição através de penas, como em Sl 88[89].31-33: "Quando seus filhos pecarem, punirei com a vara o seu pecado, mas minha misericórdia não retirarei deles." Porém a dispensa destas penas não está na mão de ninguém a não ser de Deus somente; sim, ele não quer remiti-las, mas promete que as imporá.

8. Por isso não se pode dar nome algum à pena imaginária, tampouco sabe alguém qual seria ela, visto que não é este castigo nem as boas obras acima mencionadas.

9. Afirmo que, mesmo que a Igreja cristã decidisse e declarasse hoje que a indulgência elimina mais do que as obras de satisfação, ainda assim seria mil vezes melhor que cristão algum comprasse ou desejasse a indulgência, mas preferivelmente praticasse as obras e sofresse a pena. Pois a indulgência não é nem pode tornar-se outra coisa do que uma dispensa de boas obras e de benéficas penas, que seria melhor fossem preferidas do que abandonadas, ainda que alguns novos pregadores tenham descoberto dois tipos de penas: *medicativas* e *satisfactorias*[8], isto é, umas para o aperfeiçoamento, outras para a satisfação. Nós, porém, temos mais liberdade para desprezar (Deus seja louvado!) essa espécie de conversa do que eles têm para inventá-la. Porque toda pena, sim, tudo o que Deus impõe é útil e contribui para o melhoramento do cristão.

4 Cf. Lc 8.2.
5 Cf. Lc 5.20.
6 Cf. Jo 8.11.
7 Sc. na Bíblia.
8 As penas medicativas são impostas para a santificação e reflexão; as satisfatórias objetivam a satisfação.

10. De nada vale dizer que as penas e as obras seriam demasiadas, que a pessoa não conseguiria realizá-las por causa da brevidade de sua vida e que, por isso, precisaria da indulgência. Respondo que isso não tem fundamento e é pura invenção. Porque Deus e a santa Igreja a ninguém impõem mais do que lhe é possível carregar, como também o diz Paulo: Deus não permite que alguém seja tentado acima do que pode carregar[9]. É grande vergonha para a cristandade ser acusada de impor mais do que podemos carregar.

11. Mesmo que ainda vigorassem as penitências fixadas no direito canônico, de impor sete anos de penitência para cada pecado mortal, a cristandade deveria deixar as mesmas de lado e nada mais impor acima do que cada um pode suportar. Como atualmente não mais vigoram estas determinações, tanto menos razão há para cuidar que se imponha mais do que cada um tem condições de suportar bem.

12. Diz-se muito bem que o pecador deve ser remetido ao purgatório ou à indulgência com a pena restante, mas dizem ainda outras coisas sem fundamento e prova.

13. Incorre em grave erro quem pretende fazer satisfação por seus pecados, pois Deus os perdoa a toda hora grátis, por graça inestimável, e nada deseja em troca senão que doravante se leve uma vida boa. A cristandade, esta sim, faz exigências; portanto, ela também pode e deve dispensar delas e não impor nada pesado ou insuportável.

14. A indulgência é permitida por causa dos cristãos imperfeitos e preguiçosos, que não querem exercitar-se resolutamente em boas obras ou não desejam sofrer. Pois a indulgência não promove o melhoramento de ninguém, e sim tolera e permite sua imperfeição. Por esta razão não se deve falar contra a indulgência, mas também não se deve recomendá-la a ninguém.

15. Agiria de maneira mais segura e melhor quem desse algo para o edifício de S. Pedro, ou o que mais é citado, por puro amor a Deus, ao invés de aceitar indulgências em troca. Isso porque é perigoso fazer semelhante dádiva por causa da indulgência e não por causa de Deus.

16. Muito melhor é a obra feita em benefício de um necessitado do que dar para dita construção; também é muito melhor do que a indulgência concedida em troca. Pois, como dissemos: melhor é uma boa obra realizada do que muitas dispensas. Indulgência, porém, é dispensa de muitas boas obras, ou, senão, nada é dispensado.

Sim, e para que os ensine corretamente, atentem bem: antes de todas as coisas (sem preocupação com o edifício de São Pedro nem com a indulgência) deves dar ao teu próximo pobre, se queres dar alguma coisa. Mas se chegar o momento em que, em tua cidade, não há mais ninguém que necessite de aju-

9 Cf. 1 Co 10.13.

da (o que jamais será o caso, se Deus quiser), então deves ofertar, se quiseres, às igrejas, altares, ornamentos, cálice, em tua cidade. E quando isso também não mais for necessário, só então — se quiseres — podes contribuir para o edifício de S. Pedro ou para alguma outra coisa. Mesmo assim, também não deves fazê-lo por causa da indulgência. Pois São Paulo diz: "Quem não faz o bem sequer aos de sua própria casa não é cristão e é pior do que o descrente." [1 Tm 5.8.] E podes crer: quem te disser outra coisa está te seduzindo ou procura tua alma em teu bolso; e se encontrasse aí alguns centavos, isso lhe seria preferível a todas as almas.

Se agora dizes: "Então nunca mais comprarei indulgências", replico: isso eu já disse acima, que minha vontade, desejo, pedido e conselho é que ninguém compre indulgência. Deixa os cristãos preguiçosos e sonolentos comprarem indulgência. Tu, porém, segue teu caminho!

17. A indulgência não é nem prescrita nem recomendada, mas está entre o número de coisas permitidas e autorizadas. Por isso ela não é uma obra de obediência nem é meritória, e sim uma fuga da obediência. Por isso, embora não se deva impedir ninguém de comprá-la, dever-se-iam afastar dela todos os cristãos, estimulando-os e fortalecendo-os para as obras e penas que são aí[10] remitidas.

18. Se as almas são tiradas do purgatório através da indulgência, isso eu não sei e também ainda não acredito, mesmo que alguns novos doutores o afirmem. Mas não podem prová-lo, e também a Igreja ainda não decidiu sobre o assunto. Por isso, para maior segurança, é muito melhor que ores e atues por elas, pois isto está mais comprovado e certo.

19. Sobre esses pontos não tenho dúvida alguma, pois estão suficientemente fundados na Escritura. Por isso também vocês não devem ter dúvida alguma, e deixem os doutores escolásticos[11] serem escolásticos. Todos eles não são suficientes, com suas opiniões, para fundamentar um sermão.

20. Ainda que alguns, para os quais esta verdade dá grande prejuízo material, agora me chamem de herege, não dou muita importância a semelhante palavrório, pois quem está a fazê-lo são alguns cérebros tenebrosos que nunca cheiraram a Bíblia, nunca leram os mestres cristãos, nunca entenderam os seus próprios professores e já estão quase a decompor-se em suas opiniões esburacadas e esfarrapadas. Pois se os tivessem entendido, saberiam que não devem difamar a ninguém sem ouvi-lo e convencê-lo do seu erro. Que Deus dê a eles e a nós um entendimento correto! Amém.

10 Sc. na indulgência.

11 Cf. o juízo emitido por Lutero a respeito dos doutores escolásticos nas teses 18 e 19 do *Debate de Heidelberg*, p. 49 deste volume.

O Debate de Heidelberg[1]

INTRODUÇÃO

O capítulo geral dos agostinianos alemães reunia-se de três em três anos, sempre no domingo *Jubilate*. Em 1518, João von Staupitz[2] convocou-o para o dia 25 de abril. Nesta oportunidade, Lutero, eleito três anos antes para o cargo de vigário distrital, deveria prestar contas de sua atividade e colocar seu cargo à disposição. Staupitz deu-lhe ainda uma outra incumbência para a reunião: solicitou-lhe que dirigisse o debate previsto. Essa incumbência deve ser vista como uma distinção: ela significa que tanto Staupitz quanto a ordem de Lutero não estão dispostos a abandoná-lo. Dentro desta perspectiva, Lutero não tem adversários no debate realizado a 26 de abril de 1518. Seu jovem colega de ordem, Leonardo Beier, defende as teses; seus ouvintes estão dispostos a acompanhar sua argumentação. Em carta dirigida a Espalatino[3], assinada com as palavras "Martinus Eleutherius" e datada de 18 de maio de 1518, o reformador conta que o debate transcorreu da maneira mais cordial. Seus professores occamistas[4], Usingen e Trutvetter, não puderam acompanhá-lo, pois as teses foram, na verdade, um ataque à teologia destes. Tanto maiores foram os aplausos dos estudantes e dos jovens

1 *Disputatio Heidelbergae habita,* WA 1,353-65. Tradução de Walter O. Schlupp.

2 1469(?)-28/12/1524. Nasceu em Motterwitz, perto de Leisnig, falecendo em Salzburgo. Nobre saxão, estudou em Colônia e Leipzig, tornando-se agostiniano, em Munique, no ano de 1490. Em 1497 tornou-se prior do convento de Tübingen. Desde 1500 *doctor in biblia*, foi convocado por Frederico, o Sábio, em 1503, para ser o primeiro decano da Faculdade de Teologia da Universidade de Wittenberg. Neste ano, tornou-se também vigário-geral da Congregação alemã de Observantes. No processo contra Lutero, Staupitz procurou defendê-lo onde lhe foi possível, liberando-o, p. ex., do voto de obediência. Como estivesse sob suspeita de heresia, Staupitz renunciou, em 1520, ao cargo de vigário-geral, tornando-se pregador da corte do cardeal-arcebispo Mateus Lang, em Salzburgo, e abade do Convento beneditino de São Pedro. Desde então, houve um distanciamento em relação a Lutero. Staupitz tem influências do tomismo e da mística alemã. Sua piedade cristocêntrica auxiliou Lutero em seus conflitos com a penitência e a doutrina da predestinação.

3 WA Br 1,173ss. Georg Burckhardt (1484-1545), nasceu em Spalt, perto de Nürnberg. Daí seu cognome Spalatin, Espalatino. Estudou Direito em Erfurt e Wittenberg, tornando-se, após, sacerdote. Desde 1508 está a serviço de Frederico, o Sábio, cuja chancelaria assume em 1516. Influenciado pelo humanismo, colabora com Lutero e Melanchthon na reforma da Universidade de Wittenberg. Secretário, conselheiro e pregador de Frederico, Espalatino goza de posição impar junto ao príncipe-eleitor, o que lhe permite assegurar a proteção deste para Lutero. Como humanista e tradutor de obras de Lutero e Melanchthon, procurou, por muito tempo, intermediar entre Lutero e Erasmo. Desde 1525 é pastor em Altenburgo. Participando das visitações, Espalatino teve grande influência na organização do Supremo Episcopado dos Senhores Territoriais. Teologicamente dependente de Lutero, diverge deste na doutrina eucarística.

4 Seguidores de Guilherme de Occam (1285-1349).